

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e nove, realizou-se a Décima Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, na sede da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, situada na Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Jaques Alberto Bemsussan**, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicações; **Sr. Renato Ferreira**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Ângelo Guido Menegat**, Representante do Secretário de Agricultura e Abastecimento; **Sra. Mara Sasso**, Representante da Secretária de Educação; **Sr. Celso Bittencourt dos Anjos**, Representante da Secretária da Saúde e do Meio Ambiente; **Tem. Cel. Nelsohoner da Rocha**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. José Antônio Antunes**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sra. Marília de Lavra Pinto**, Representante do Secretário da Cultura; **Sra. Anete M. Piccoli**, Representante do Secretário de Obras Públicas, Saneamento e Habitação; **Sr. Luiz Augusto Signor**, Representante Titular da ABEPAN; **Sra. Kathia Vasconcellos Monteiro**, Representante Titular do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Flávio Lewgoy**, Representante Suplente da AGAPAN; **Sr. Alexandre Melo Soares**, Representante do Centro de Estudos Ambientais; **Sr. Sandor Arvino Grehs**, Representante Titular de Instituição Universitária Pública; **Sr. Mario Buede Teixeira**, Representante Titular de Instituição Universitária Privada; **Sra. Maria Cristina Flora Souza**, Representante Suplente do DRNR; **Sr. Jackson Müller**, Representantes da FAMURS; **Sra. Rosele Wittée Neetzouw**, Representante da FIERGS; **Sr. Darci Barnech Campani**, Representante do Comitê de Bacias Hidrográficas; **Sr. Vanderlei José Weschenfelder**, Representante Suplente do Sindiágua; **Sr. Marco Antônio Simon**, Representante Titular da ASEPAN e **Sr. Claudio Langone**, Representante da FEPAM e Secretário Executivo do CONSEMA. Participaram também o Sr. Marcelo Machado Madeira, Fundação Rio Ibirapuitã, Sr. Paulo Fernando Cornelio, GESP/AT de Passo Fundo Mário Soares, Técnico da FEPAM e Sr. Gustavo Trindade, novo Coordenador da Assessoria Jurídica da FEPAM. Após assinatura do livro de presenças, o Sr. Presidente deu início à reunião. O Sr. Presidente: o Conselho não contempla o número suficiente para estarmos em volta da mesa, mas podemos estar mais próximos. Temos hoje uma reunião extraordinária, é a Segunda deste ano, deliberada na última reunião para a discussão inicial sobre a estruturação da formação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Na reunião anterior, nós não tivemos quorum ao final da reunião, então fizemos uma discussão preliminar em relação a isso, mais informativa, e apontamos, por consenso, a necessidade de uma nova reunião extraordinária do CONSEMA para discutir a questão da formação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e do planejamento de pautas do CONSEMA para o ano de 1999. Em primeiro lugar, queria fazer algumas comunicações. O representante da FARSUL, Sr. José Roberto Pires Weber, comunicando o seu não comparecimento à reunião face a realização da vigésima feira de ovinos da região, promovida pelo Sindicato Rural do qual é presidente. O IBAMA informando que seus representantes não poderão comparecer nesta reunião por compromissos assumidos pelo titular no interior do Estado e férias do suplente. A FIERGS informando que estará representada pela Engenheira Roseli Letzol, devido a compromissos assumidos pelo titular em Brasília e férias do suplente. A Secretaria de Ciência e Tecnologia representada pelo seu Secretário Adjunto José Antônio Antunes, que está estreando no Conselho. O Centro de Estudos Ambientais comunicando a indicação do Sr. Alexandre Melo Soares e da Sra. Lúcia Socoowisky de Anelo, como representante titular e suplente, em substituição ao Sr. Paulo Mayer Souza e Sr. Antônio Carlos Soler. E o Sr. Celso Bittencourt representando a Secretaria de Saúde e Meio Ambiente. Temos quórum para a instalação e deliberação deste Conselho. A Ordem do Dia, é essa: formação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Planejamento de Pauta para o ano de 99. As reuniões do Conselho tem como praxe o teto de 17h, sem prejuízo de que tentemos uma dinâmica que acelere esse processo e que se termine antes. Mas era praxe do Conselho, consulto os Conselheiros se há alguma manifestação diferenciada com relação ao teto máximo de duração da reunião. (Pausa.)

(Não houve manifestações.) Estabelecemos como teto máximo 17h. Mara, tu queres colocar uma questão anterior a Pauta. A SRA. MARA : (Fala fora do microfone) Estou representando a SEC. Nós não temos ainda o representante oficial, só estamos aqui presentes para participar. O SR. PRESIDENTE: Muito bem, seja bem-vinda. A SEC já esteve presente na primeira reunião também. Passamos, então, à Pauta, e gostaria de aproveitar, antes, para uma informação de ordem conjuntural, que é de interesse de todos os Conselheiros. Estivemos reunidos na última terça-feira com o Ministro em exercício do Meio Ambiente, Dr. José Carlos Carvalho, uma agenda de apresentação e alguns assuntos pontuais, e a nossa preocupação central é a reestruturação do IBAMA. Como os senhores devem estar acompanhando pela imprensa, foi aberto um calendário nacional de discussões em torno da reestruturação do IBAMA, os Estados não foram ativados formalmente pelo Ministério, até o presente momento, para participar dessa discussão e obtivemos uma informação preliminar do Ministro de que o calendário de reestruturação do IBAMA vai daqui, dessa data até o dia 1º de abril, quando se pretende publicar no Diário Oficial a reestruturação desse órgão. E numa primeira informação, anuncia-se uma postura do Ministério no sentido de que o IBAMA mantenha como suas atribuições a gestão das unidades de conservação e o licenciamento dos empreendimentos transfronteiriços. Segundo representante do Ministério, nessa data, todas as demais atribuições, hoje, desenvolvidas pelo IBAMA, seriam feitas de maneira supletiva pela instituição, ficando ou vacantes ou sendo transferidas para outras esferas. Diante essa informação, manifestamos preocupações com isso, porque é uma série de atribuições importantes feitas pelo IBAMA e que ficariam vacantes. Solicitamos ao Ministro que fosse convocada uma reunião com todos os Secretários estaduais de Meio Ambiente para tratar do assunto, e que esse assunto fosse levado ao Conselho Nacional de Meio Ambiente, pela sua complexidade. Solicitamos mais em função dessa situação, que fosse iniciado um processo de discussão sobre a reestruturação do sistema nacional de meio ambiente. O Ministério aceitou as sugestões, isso deve ser procedido, e estamos com uma posição muito firme do Estado no sentido de que não se vai aceitar a transposição automática de competências, que essa discussão é mais complexa e que envolve uma série de elementos complexos. Solicitamos também uma participação dos Estados no processo de elaboração da Agenda 21 Nacional. O Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, contratou consultorias para a elaboração da Agenda 21 Nacional, as consultorias estão trabalhando, foram contratadas para desenvolver um processo de participação dos atores sociais nesse processo, e até o presente momento também os Estados não foram ativados para esse processo. O Ministério diz que pretende fazer isso, nós manifestamos que isso é absolutamente necessário para que a Agenda tenha concretude, caso contrário, ela vai ser uma Agenda de prestação de contas às entidades internacionais mas que não se concretiza em nível nacional. E obtivemos algumas informações sobre abertura de linhas de financiamento para projetos ambientais, em particular, a retomada do Fundo Nacional de Meio Ambiente, segundo o Ministério, o Ministério tem disponíveis trinta milhões de reais captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para projetos a serem financiados neste ano, e pretende abrir a seleção de projetos, em dando o processo de seleção e transferindo aos Estados a responsabilidade pela recepção e seleção dos projetos e a intermediação dos recursos. Isso em função de que historicamente o Fundo Nacional de Meio Ambiente teve uma grande contradição entre o número de projetos apresentados e o volume de recursos despendidos. Embora o Fundo recebesse muitos projetos, o grau elevado de burocratização, desclassificava a maioria dos projetos, e, historicamente, o Fundo Nacional de Meio Ambiente teve utilizados somente 30% dos recursos disponíveis, os outros 70% sempre foram devolvidos. A idéia de trazer para o Estado está vinculada a isso. E também que foi feita a reintrodução do componente do Programa Nacional de Meio Ambiente, a fase 02, no orçamento da União, isso tinha sido cortado em dezembro, e que neste ano iniciam as seleções de projetos para desembolso em 2000. Também uma linha importante de financiamentos que podem financiar projetos na escala local, em geral, em consórcios entre Municípios, enfim, cuja a idéia, também, é de que os Estados sejam o elemento intermediário. Uma informação muito sucinta sobre a Pauta, isso deve ter uma seqüência, nós devemos trazer ao Conselho, oportunamente, incluído na Pauta esse assunto. E o primeiro ponto da nossa Pauta, prevê a apresentação desse material que foi enviado aos Conselheiros e uma discussão inicial sobre o conjunto de atribuições que seria desempenhado pela futura Secretaria

Estadual de Meio Ambiente. A idéia é que tenhamos a definição de uma Câmara técnica específica do CONSEMA para tratar do assunto, uma vez que isso foi apontado na última reunião mas que, pela falta de quorum, não foi deliberado e que definíssemos aqui um calendário para essa tratativa. Com esses esclarecimentos, passaria ao André Lima, que é o Coordenador do processo de elaboração dessa minuta, que na verdade não é uma minuta do projeto de lei, é uma descrição preliminar de atividades da futura Secretaria e depois abriríamos para esclarecimentos e discussão. A idéia é que hoje, na reunião, colhamos impressões iniciais que possam ser incorporadas aos elementos já levantados por escrito e definamos uma dinâmica de trabalho em relação ao tema. O SR.: (Fala fora do microfone) Uma reclamação quanto ao sistema anterior, uma das coisas que muitas vezes acontecia e não saía a Secretaria de Meio Ambiente porque muitas pessoas não sabem que existe como acessar. Se desse entre os membros do Conselho fazer uma instrução, ou pelo menos, como a gente entrar, ter acesso. Acho que formulário normalmente trazem muita coisa, mas poderiam democratizar porque normalmente não se consegue, a gente sabe, mas não sabe de onde vem. O SR. PRESIDENTE0: Assim que for acertado isso no detalhe com o Ministério do Meio Ambiente, se os Estados ficarem responsáveis, vamos disponibilizar o máximo de informações para eliminar um grande problema que o Fundo tinha antes, que era o fato de que os Municípios elaboravam os projetos, nos projetos faltavam um ou outro quesito e os projetos eram desclassificados imediatamente pelo não-cumprimento de quesitos, ou devolvidos aos Municípios num trâmite em que se perdia todos os prazos. Então, se o Estado ficar responsável, vamos proceder isso e disponibilizar via Internet, disponibilizar para os Municípios, para as entidades, em massa, para podermos evitar esse problema. A SRA. ...: (Manifestação fora do microfone). Com relação a esse estudo, os recursos durante muito tempo não eram computados no orçamento da União (inaudível) o que dificultava a operação de recursos. Eram liberados para os órgãos que deveriam utilizar nos últimos meses do ano e era impraticável (inaudível). E essa questão dos projetos, também, tivemos um projeto que ficou três anos parado no Fundo Nacional de Meio Ambiente, ele foi analisado por um técnico, um técnico de gabinete, e foi mandado de volta para a reformulação de todo o projeto em trinta dias. Eles tiveram três anos para analisar o projeto e nós tivemos trinta dias para refazer. Era uma coisa bem proposital (inaudível) E quando a essa questão do repasse do Fundo para os Estados, isso é uma novidade para as ONGs porque toda essa negociação com o Banco Mundial, que é o órgão que vai emprestar o dinheiro para esse Fundo, essa parte de repasse do Fundo para a administração dos Estados, até onde eu sei, isso não foi negociado com o Banco. Então, acho que a gente tem que ir um pouquinho devagar, os formulários já estão prontos e assim que eu tiver, coloco à disposição de todo o pessoal. Devem estar saindo em trinta dias. O SR. PRESIDENTE: Vamos passar a apresentação inicial do tema. O SR. ANDRÉ LIMA: (Fala fora do microfone) Boa-tarde a todos. É a primeira vez, vou esclarecer, essa ainda não é uma idéia final. A gente reconhece que existem problemas de redação dentro da proposta, que está um tanto cansativa, tem questões repetitivas; tem frases que não estão formuladas de maneira adequada, mas ela traduz a maioria dos princípios que a gente quer ver expressos, associados ao órgão central de gestão ambiental no Estado. A construção dela foi basicamente no sentido de construir um órgão que atendesse as diretrizes postas no compromisso durante o período eleitoral, que é o plano de Governo que está aí vencedor, e a legislação ambiental pertinente a gestão ambiental quanto a um órgão de Estado do meio ambiente. A gente tem uma versão que é um pouco mais atualizada, que foi a que vocês receberam, que foi enviada na Segunda-feira, e vou passar aqui, e cada um vai pegando uma. E vou apresentar, rapidamente, uma tentativa de sistematização que tem nessa proposta, para a gente conseguir ter uma visão um pouco maior do conjunto das funções da Secretaria. Vou esclarecer que, a partir do número seis, os números que têm aqui, é um a mais do que vocês têm aí. Se aparecer sete aqui, no de vocês será seis e aí vocês vão ver a ação detalhada das funções. A Secretaria deve ser, naturalmente, o órgão central do sistema estadual de meio ambiente e as suas funções mestras são a de garantir o acesso de todos ao meio ambiente equilibrado e de fazer zelar pela justiça social no acesso aos recursos naturais. As funções relativas ao planejamento da gestão ambiental se coloca basicamente como função da Secretaria trabalhar a parte de diagnóstico ambiental e divulgar as informações ambientais do Estado, qualificando o processo de planejamento participativo, cujo evento central é o CONSEMA. O CONSEMA que deve sempre ser antecedido pela divulgação e pela

comunicação, pela publicação do diagnóstico ambiental de maneira ampla e permitindo uma visão integral da situação estadual, ele deve determinar as diretrizes básicas e as metas da gestão ambiental. A partir daí a Secretaria deve ter ainda um processo de planejamento participativo, critérios estabelecendo normas e padrões ambientais para todas as atividades que incluem atividades de Governo e as da iniciativa privada, licenciamento, atividades econômicas, etc. A proposta é de que a Secretaria atue, propondo e buscando a integração de uma escala macro com outros Estados e com os outros países do Mercosul, claro, sempre em harmonia com o Governo Federal, e também a integração em, escala micro com os Municípios, com os empreendedores e com as entidades organizadas da sociedade civil. A Secretaria deve ajudar, no sentido de orientar, e, na medida do possível, apoiar atividades que contribuam para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico do Estado. A educação ambiental é naturalmente uma das grandes funções da Secretaria, que não é detalhado ainda em nível de criação de Secretaria, e se colocou também a importância de desenvolver atividades culturais no sentido de que a Secretaria deve atuar junto com a Secretaria de Cultura, no sentido de que as atividades facilitem a formação de uma cultura transformadora, na realidade, de uma cultura que compreenda o que está ao seu redor, que compreenda as relações entre o homem e o meio ambiente, principalmente voltado bastante para as relações locais, para as atividades populares. A gente colocou aqui como função da Secretaria a preservação de monumentos artísticos também, está junto, e está segundo o texto constitucional que coloca isso junto com processos ecológicos e outras funções ambientais, e que também aparece como função ambiental na Constituição Estadual, mas a gente sabe que isso é uma atribuição, principalmente, da Secretaria de Cultura. E a idéia de colocar aqui dentro tem EIA-Rimas, em análises ambientais em geral, e pode-se chamar a Secretaria de Cultura para participar dessa discussão. Dentro de uma atribuição nossa também, a gente tem todo o direito de convocá-los e incluí-los nesse critério do EIA-Rima e outros similares ligados a preservação. A fiscalização e o licenciamento são atividades típicas de uma Secretaria de Meio Ambiente, a gente sempre tem uma atividade conceitual e classicamente se diz o seguinte: fiscaliza, licencia a atividade que tem um potencial de causar um impacto ao meio ambiente. E exige EIA-Rima para atividades que tenham um potencial de causar um impacto significativo ao meio ambiente. Essa terminologia é muito fraca. Se é impacto, o impacto é significativo e basicamente qualquer atividade ambiental e qualquer atividade econômica tem o potencial de alterar o meio ambiente, portanto, causar impacto. A gente não consegue resolver esse problema ainda em nível de criação de lei, porque a gente sabe que necessita, na seqüência, detalhamento que define exatamente o que precisa para o licenciamento e o que precisa para o EIA/RIMA. Temos que ter claramente as diretrizes para se definir esse tipo de coisa, isso não se resolve em nível de criação de lei. Existe uma série de itens relativos a biodiversidade., que já coloquei, ainda não está bem organizado o texto e que existem muitas repetições e frases que precisam ser melhor elaboradas, mas um dos princípios básicos é a busca do equilíbrio dinâmico entre oferta e procura de recursos naturais renováveis. A biodiversidade, toda ela, está incluída dentro dos recursos naturais renováveis e o princípio básico é esse. Aí vem uma série de redações que colocamos aqui, que necessitam de ajustes, ou seja, manter os processos ecológicos, promover o manejo ecológico, fazer o zoneamento ecológico e assim por diante. A Secretaria deve coordenar as ações da pista florestal como um órgão florestal. A parte dessa questão florestal deve ficar com a Secretaria de Agricultura e vamos discutir isso um pouco mais adiante. Mas a Secretaria fica encarregada da fiscalização ambiental e isso inclui fiscalizar, para ver se está sendo feito de fato, ou colaborar com a Secretaria da Agricultura, que vai manter o equilíbrio dinâmico entre o consumo e a produção de produtos naturais renováveis. É muito importante manter uma produção, fazer com que o consumo de madeira não seja superior à produção, senão isso gera uma demanda muito forte sobre as áreas de floresta nativa, como tem acontecido hoje em áreas do fumo e áreas de produção de carvão. E nesse sentido a Secretaria de Meio Ambiente deve fazer isso. É claro que o desenvolvimento florestal é muito melhor terna Secretaria de Agricultura já que eles têm um acesso direto e trabalham com isso no dia a dia. A tendência de se manter na Secretaria de Meio Ambiente até é possível, mas existe muita dificuldade em se manter o mesmo grau de abrangência. Fiscalizar, cadastramento vem nesse sentido, o cadastramento e fiscalização de florestas vem nesse sentido de garantir esse equilíbrio. A proteção da fauna e paisagem natural também, vem na mesma linha, e evitar práticas que

submetam os animais à crueldade – é um item também que não tem muita discussão, mas que é uma atribuição legal da Secretaria. O controle sobre espécies nativas, isso é controle de caça, de venda de animais nativos e atividades similares. A introdução e exploração de espécies exóticas, claro que estão incluídos nesse conceito a subdivisão de espécies exóticas em espécies exóticas *latu sensu* e espécies domésticas. Grande parte são exóticas, o que não se resolve nesse momento. A coordenação do sistema estadual de unidades de conservação, isso fica dentro da Secretaria agora. E esse conceito também está repetindo (Incompreensível). A questão dos materiais geneticamente manipulados, uma questão que já temos conceitos, já há ciências técnicas e a velocidade com que isso entra, algumas coisas se tem bastante claras como é hoje a introdução de espécies que foram manipuladas geneticamente visando a ganhar resistência a agrotóxicos, mas essa questão é bem mais ampla e deve crescer muito rapidamente nos próximos anos. A gente está colocando claro como função da Secretaria desenvolver isso, sem nenhuma perda da consciência das dificuldades que vamos ter e do esforço que vamos ter que demandar nesse sentido. Os recursos ambientais, a Secretaria deve atuar buscando minimizar esse uso, ou seja, na medida do possível tentar substituir alguns recursos naturais não-renováveis pelos renováveis, tais como energia e outros recursos, e quando for criado, deve-se trabalhar a otimização, a racionalização, a reutilização desses materiais não-renováveis. Em relação aos resíduos sólidos, estamos colocando de maneira bastante genérica, é lógico que isso representa uma visão de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, com todas as etapas que tem que ter, ou seja, minimização de geração, reutilização, reciclagem, etc. Está-se propondo a ter também como função da Secretaria coordenar a ação do sistema estadual de saneamento ambiental e a elaboração estadual do plano anual de saneamento ambiental, que a idéia é integrar as várias ações estaduais na área de saneamento e claro, vai ter que ser integrado dentro da visão ampla de gestão ambiental. Em relação às substâncias perigosas, a gente tem consciência da dificuldade que o Estado tem tido em atuar nessas áreas, estão sempre surgindo substâncias novas. Um exemplo clássico são os agrotóxicos. É muito mais fácil criar uma substância nova para um determinado controle de uma praga ou de uma determinada espécie vegetal, do que entender a interação dessa substância no meio ambiente complexo, a interação dos seus metabólicos. Na prática a gente sabe que tem muitos poucos estudos no mundo que conseguiram seguir as rotas metabólicas do meio ambiente para a maioria dos agrotóxicos. Em outros casos há alguns estudos com o propanil e algumas outras coisas. Ou seja, não se fecha um pacto e não se conhece as rotas metabólicas, de quanto é a acumulação dessas substâncias químicas no meio ambiente. É claro que a Secretaria deve buscar saídas para isso, e a gente tem toda a consciência das dificuldades que serão encontradas nessa larga produção de substâncias novas. Essa lógica de simplesmente proibir depois que já foram gerados grandes impactos deve ser revista. Em relação aos recursos hídricos, a Secretaria tem uma proposta para a estruturação da Secretaria para atender a Lei (incompreensível), que é a grande diretriz e que é uma lógica bastante diferente do que a gente vinha seguindo ou da lógica em que essas questões ambientais foram montadas, uma lógica de gestão por recurso e não por instrumento, como se apresenta na maioria dos casos. Naturalmente, a gente ainda não conseguiu clarear, de maneira precisa, a relação do sistema de recursos hídricos com o resto da gestão ambiental. Mas na base acreditamos que não haja nada mais pesado e isso tem que ser aprimorado durante o processo. A captação de recursos da Secretaria não é feita de maneira alguma, não deve ser interpretada como uma possibilidade de descompromissar o Estado quanto a questão ambiental. É claro que a gestão ambiental é uma atividade do Estado, já que trabalha com bens públicos e isso daqui é no sentido de que a Secretaria também colabore com uma captação de recursos para projetos estratégicos, sem danos para que a base da sustentação da gestão ambiental seja do Estado. Temos uma visão, porque a maioria está expressa, pelo menos em linhas gerais, no plano de Governo, dos órgãos que tem. Não conseguimos ainda detalhar a quantidade de departamentos, a estrutura detalhada da Secretaria que deve ser feita num segundo momento. Após a aprovação da lei, vai-se ter uma discussão um pouco mais ampla sobre a estruturação da Secretaria e esse é o momento de se definir departamentos e detalhes da estrutura. E não temos ainda uma finalização da quantidade de cargos que vão ser necessários, que vão ser criados. A estrutura básica segue a estrutura normal das Secretarias, (incompreensível) vinculados a FEPAM e a Fundação Zoobotânica. Os órgãos transferidos, em princípio, vem a FEPAM, é natural, é da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente e

vem a Fundação Zoobotânica. Vem o Departamento de Recursos Hídricos e o Departamento de Recursos Naturais da Secretaria de Obras e da Secretaria de Agricultura, respectivamente. Existem detalhes na transferência desses departamentos, o fomento do reflorestamento e da agricultura, que está sendo feita uma discussão mais detalhada entre Secretários e suas equipes. Existe já o começo, mas é uma coisa que ainda está em processo. Mas a idéia básica é essa. Tem o Pró-Guaíba também e tem os fundos vinculados a estoques. O Departamento de Recursos Hídricos também, está sendo discutido entre Secretários, não se tem definições mais claras, mas está clara em nível de Governo, de compromisso assumido, que é de que a gestão dos recursos hídricos fica na Secretaria de Meio Ambiente. Os temas associados a questão ambiental a gente espera que a Secretaria faça, dentro dessas propostas de ação da Secretaria, o que não significa, necessariamente, que vá ser tudo colocado na lei de criação da Secretaria. A idéia é começar a discussão com princípios, até porque mesmo uma lei resumida e genérica de Secretaria é importante que se discuta para evitar conflito com princípios que venham a ser colocados posteriormente. Mas não necessariamente nos comprometemos em colocar tudo que está aqui na lei de criação, isso pode vir posteriormente, no sistema estadual de meio ambiente, no código estadual também que provavelmente seja rediscutido. Ou até mesmo por decreto para se definir as estruturas. É isso. O SR. PRESIDENTE: Informe de comparecimento, na impossibilidade de comparecimento do titular da pasta de Energia, Minas e Comunicações por seu representante, Sr. Everson, indicação do Sr. Jaques Ben Susan, para participar desta reunião. E gostaria de apresentar a todos, acompanhando aqui na mesa, Dr. Gustavo Trindade, novo coordenador de assessoria jurídica da FEPAM. A sugestão é que abramos, num primeiro momento, para solicitações de esclarecimentos, informações que possibilitem que a discussão se faça na seqüência. O SR. SANDOR: (Fala fora do microfone) Confesso que vinha pensando na versão antiga, agora vi que tem uma outra em que mudaram algumas coisas. Mas a gente sempre entende que evidentemente com a transição e com a necessidade dessa Secretaria, a gente tem que ter um ponto de equilíbrio de não querer reinventar a roda. Parece-me que muitos tópicos que foram abordados nessa proposta já estão contemplados, inclusive na própria lei, e se entendo bem, a Secretaria Executiva vai pegar os órgãos que estão aí, FEPAM, que já tem suas atribuições. Então, parece-me para não se ter muitos problemas lá na Assembléia Legislativa, se seguirmos o que já tem aqui pautado, o que já foi aprovado e colocarmos que a Secretaria terá essas atribuições que já estão definidas, inclusive tem uma contribuição do próprio Conselho que foi comunicado no Diário Oficial do dia 23 de setembro de 97, de que esses tópicos estão todos contemplados aqui. E digo mais, se deu muita ênfase a parte dos recursos naturais, só que recursos naturais não são a totalidade dos recursos ambientais, temos recursos ambientais que não são naturais. Temos aspectos, por exemplo, da parte urbana, do ruído urbano, temos uma série de problemas de planejamento urbano que me parece que ficou um pouco solto e que, na realidade, temos que contemplar. E acho que a nossa grande dificuldade é a de tentar harmonizar, o problema dos recursos hídricos com a Secretaria e digo porque no passado já tivemos essa dificuldade, porque a lei veio antes. E é importante que essa parte dos recursos hídricos esteja como alicerce, porque ela vai ser uma grande fonte de recursos pela regulamentação da lei, conforme o que já existe. E queria sugerir que a gente lesse com atenção o que já consta da própria lei, essa que foi mencionada, das atribuições dos órgãos executivos, que parece que contempla quase tudo, inclusive aspectos aqui não abordados. E como isso já está em lei, uma medida que se faz a chamada da competência dos órgãos (incompreensível), claro, colocando mais coisas como da Conferência Estadual, que não está contemplado aqui, talvez a gente tivesse mais facilidade em tramitar isso com maior rapidez. E depois, no transcorrer, teremos condições de aprimorar. Tenho receio que se formos discutir muito no detalhe, por exemplo, o aspecto da biodiversidade – que é importante –, dos resíduos sólidos, talvez se perca a visão da floresta e vamos nos ater na raiz da árvore. Queria fazer essa sugestão porque há premência de tempo, há todo um conjunto de leis que já existem, inclusive, temos que cuidar para não conflitar com as que já existem. Acho que podíamos partir disso que já consta no artigo 9º, completando evidentemente. E diria mais, nessa Lei estadual, que define o sistema, diz claramente que as outras Secretarias teriam grupos de secretários ambientais para acompanhar. Mas acho que temos que inverter o quadro, nós da Secretaria do Meio Ambiente que deveríamos estar inseridos lá, e além de ter essa via, outra via, como na Secretaria do Planejamento, e não

sermos apenas um receptor das informações que vêm de lá, mas, efetivamente, participar. Essa seria a minha intervenção. E existe muita coisa que poderia ser aproveitada e que, talvez, agilizasse e tentar não ser tão sucinto, e também não ser detalhista demais para não entrar em conflito com o que já está aí. Com relação aos resíduos sólidos, que tem essa lei que já foi regulamentada e sei inclusive que tem o Plano Diretor do Resíduos Sólidos da área Metropolitana, que aliás é uma coisa prioritária para nós, e muita coisa que está ali, 70, 80% já estão com caminho andado, e acho que esse seria o meu posicionamento. Tentamos utilizar o que já tem aqui, melhoramos, evidentemente, mas com a vantagem de talvez não entrar em conflito, porque quando li a primeira proposta, o Item 1.1, fiquei bastante confuso. Depois vi que foi feita uma redação diferente, e a gente vê com a redação inicial, redundâncias. Ou seja, atribuições do próprio Conselho que estão misturadas com as da Secretaria. Agora, se seguirmos o que já havia, então, vamos usar a nossa criatividade em cima de coisas que não existem. Seria essa a minha intervenção. O SR. PRESIDENTE: Abrimos para esclarecimentos, se não houver esclarecimentos, passamos direto para as manifestações. A gente acerta isso e determina um tempo para manifestações. Sugiro que se adote um tempo máximo de quatro minutos por fala, de maneira a ter uma distribuição. O SR.: (Fala fora do microfone) Eu gostaria de um esclarecimento, é a respeito da (inaudível). O SR. PRESIDENTE: Nós discutimos isso na reunião anterior, foi levantado isso pelo representante do SINDIÁGUA. Isso foi avaliando ainda quando programa de Governo, isso não é constante de programa de Governo, e a conclusão a que se chegou em nível de Governo foi a manutenção tanto da área de saneamento diretamente da Secretaria de Obras quanto da vinculação da CORSAN à Secretaria de Obras. Essa é a posição do Governo em relação a isso e não constava do programa de Governo em função da particularidade de a CORSAN ser uma operadora de saneamento e de que isso, em geral, tem uma organização institucional em nível de Brasil, de não-vinculação direta aos órgãos de vinculação e licenciamento ambiental. Existe um posicionamento de Governo com relação a isso. Mais algum esclarecimento? O SR.: (Fala fora do microfone) Com relação ao exposto, claro que vamos trabalhar em cima de uma proposta anterior, e até sublinhada com alguns itens. Mas a nossa preocupação é de saber onde está nesse quadro a Secretaria de Segurança Pública, a Brigada Militar no que diz respeito a parte de fiscalização e também a competência condicional da política militar em todo o Brasil. O SR. ANDRÉ LIMA: (Fala fora do microfone): No CONSEMA foi colocado que no item 06, o CONSEMA tem obrigação de publicar antes o diagnóstico ambiental do Estado. (Incompreensível.). O SR.: (Fala fora do microfone) A gente colocou a necessidade de delegar e a necessidade de trabalhar integrado com outros órgãos, e acho que o afinamento tem que ser feito posteriormente por causa das estratégias que podem ser incluídas em outras leis ou em nível de Secretaria de Segurança, porque entendemos que isso está dentro da Lei. Então que dentro da lei o que diz respeito a Secretaria, ao CONSEMA como também lá dentro do (incompreensível). Para que se tenha uma idéia, hoje, a política militar está regulamentada por mais de dez leis e decretos, e hoje, para que se tenha uma idéia, em nível de Estado do Rio Grande do Sul, dos dois mil, setecentos e quarenta e quatro processos existentes com relação a meio ambiente no Estado, mil, trezentos e trinta e dois já foram analisados, e, em mais de 90% deles foram de origem da Secretaria da Segurança Pública e da Brigada Militar, para que se tenha uma idéia no que diz respeito à fiscalização no Estado. Dentre os dados, a área mais atuante no meio ambiente é Caxias do Sul 12% do percentual, hoje. Então, hoje, nenhum agente, com raras exceções, vai executar a fiscalização sem solicitar a Brigada, nenhum pesquisador vai fazer pesquisa sem que solicite a Brigada. Não vai. Então fiscalização hoje é a polícia militar, e para que se tenha uma idéia, em São Paulo estão criando quatro batalhões de política ambiental, tal é a importância que eles estão dando para o meio ambiente e para a atuação da polícia. Para os senhores terem uma idéia, só no mês de janeiro, o batalhão ambiental em Porto Alegre, atendeu como ocorrência, cinquenta e três ocorrências contra a fauna, sete contra a flora, uma de poluição, cinco em apoio às autoridades só no mês de janeiro referente ao ambiente. Apreensão de redes, para que se tenha uma idéia, só em janeiro, são sete quilômetros e treze metros de rede apreendidas só no mês de janeiro, são sete mil metros de rede apreendidas. Tarrafas, dezoito; espinheis, cinco. Armas apreendidas, passamos apreendidos, cento e nove. Macaco, capivara, jacaré, gambá, os nomes mais tradicionais, e outros animais. Então, para que se tenha uma idéia, hoje, em matéria de fiscalização, a Brigada, a Secretaria de Segurança Pública através da Brigada se faz presente em

toda e qualquer atividade dos órgãos governamentais e as vezes, até, não-governamentais, para qualquer coisa se chama a Brigada. Entendemos, e a Secretaria de Segurança Pública entende que deve haver um convênio entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria do Meio Ambiente no que diz respeito a participação dela, como sempre, na fiscalização do meio ambiente. E também lá no (incompreensível), que está lá na Assembléia, deve conter algum artigo onde dê a competência também para a Brigada, porque ela é constitucional hoje em todo o Brasil. Temos inclusive um rascunho e vão as leis de referência. E a título de conhecimento, Caxias do Sul nos processos, 12% dos processos são lá; Vacaria, 8,3%; Três Passos, 8,2%; Santa Rosa, 6,53%; Montenegro, 6,52%; Rio Pardo 5,4%; Passo Fundo, 5,1%; Erexin, 4,87%; Cruz Alta, 4,5%; Santiago, 3,5% e Osório com 3,2%. São os dez primeiros em nível de atuação no Estado. Mais de 90, em torno de 95%, dos processos trabalhados pela Junta Superior, que são analisados pela Junta, mais de 90% hoje tem a ação da Secretaria da Segurança Pública, da Brigada Militar. A colocação que se faz é essa, não apareceu, em nenhum momento alguma coisa que dissesse respeito a Secretaria de Segurança Pública e à Brigada Militar. Um agente para notificar um fazendeiro, ir lá no mato, ele não vai sem a Brigada. Agora estamos com uma embarcação retida (incompreensível), chamamos os técnicos, mas ela está lá, presa, retida lá para a FEPAM atue na forma da lei. E já tivemos reuniões com o Ministério Público, e uma fez nós já estando dentro da Secretaria do Meio Ambiente, nós podemos é autuar ali, e já tomar providências na hora, e encaminhar direto para o Ministério Público e as pessoas vão ser, imediatamente, sancionadas na forma da lei. Agora, precisamos estar dentro da Secretaria e lá no (incompreensível), onde constitucionalmente estamos. Essa seria a minha colocação em termos de Segurança Pública. E até o Secretário de Segurança entende, numa oportunidade que tive, está definido na lei, que o ambiente, no seu sentido amplo, é questão de segurança pública, preservação da ordem; está relacionado ambiente e patrimônio, o ambiente é o maior patrimônio que temos hoje para preservar. O SR. PRESIDENTE: Vamos dar o último esclarecimento e proponho que a gente abra para manifestações, porque os pedidos de esclarecimentos estão sendo manifestações. Então formalizamos isso passando para a etapa seguinte da reunião de hoje. O SR. ...: (Fala fora do microfone) Só gostaria de dar um esclarecimento que acho que foi marcado nesse primeiro projeto, que está em discussão da Secretaria do Meio Ambiente na questão da Brigada Militar é que já tem uma lei também que já cria toda a estrutura do sistema e (incompreensível) do Estado, e a Brigada Militar faz parte desse sistema, e está colocada na própria lei pelo sistema como responsável pelo policiamento ambiental ostensivo. Então já faz parte por efeito constitucional, que tem a Brigada Militar como integrante. O SR.: (Fala fora do microfone) Para o Estado é competência constitucional da Brigada Florestal, e nós estamos lá na flora e na fauna. O SR. PRESIDENTE: Vocês estão falando de duas coisas diferentes, tudo que está nas leis maiores, com a lei que organiza o sistema estadual de proteção ambiental, não vai ser repetido na lei da Secretaria, digamos que seja absolutamente necessário. O SR.: (Fala fora do microfone) Dentro da própria Secretaria, alguma coisa em relação a Brigada. O SR. PRESIDENTE: Isso está na descrição do sistema e o detalhamento da forma de relação tem-se que tratar no decreto que organiza a Secretaria. O SR. ...: (Fala fora do microfone) Se tivesse copiado como já estão em muitas outras coisas, não geraria esse tipo de dúvida. O SR. PRESIDENTE: Abrimos para manifestações, sugestão como tempo máximo de quatro minutos. Solicitamos que os Conselheiros ao falarem, apresentem-se. A SRA. ...: (Fala fora do microfone) Sou representante da Secretaria da Cultura, ... O SR. ...: (Fala fora do microfone) Se tu pudesses falar um pouquinho mais alto, porque estamos com dificuldade de ouvir. Acho que todos devem falar um pouquinho mais alto. A SRA.: (Fala fora do microfone) Sou representante da Secretaria da Cultura, e a Dóris Oliveira que é a planejadora (inaudível) e estou aqui representando. Acho que é importante essa discussão (inaudível). Inclusive essa parte de (incompreensível), que fosse considerada também a possibilidade de (inaudível) E acho que seria importante fazer essa atividade em conjunto, que se preocupasse com o que se construiu, e isso deve constar aqui. Só que acho que a maneira como vai ser feito isso, preservar, explorar (incompreensível) essenciais, obras (inaudível). Acho que isso daqui, obras em movimento é competência do (incompreensível), acho que a maneira como foi colocada aqui foi incorreta. Acho que deveria ser considerado isso, a questão do patrimônio construído, só que escrito de outra maneira, porque assim como exploração e preservação, sem

dúvida, seria de competência dessa Secretaria. O SR. ANDRÉ LIMA: (Fala fora do microfone) Só para esclarecer, essa redação foi tirada do artigo 251 da Constituição do Estado, lá no seu parágrafo primeiro onde diz: “Preservarem, restaurarem as (incompreensível) ecológicas essenciais com obras, monumentos artísticos, históricos e culturais (incompreensível)”. Então, basicamente uma cópia do que se refere a meio ambiente na Constituição do Estado. A SRA. ...: (Fala fora do microfone): É que existe dentro dessa coisa geral, existe dentro da Secretaria (inaudível). O SR. ...: (Fala fora do microfone) Talvez a solução fosse botar “zelar pela restauração”, e não que a Secretaria vá executar isso, mas que possa exigir uma EIA-Rima (incompreensível). O SR. FLÁVIO LEWGOY - AGAPAM: Antes de mais nada eu quero saudar a nova gestão e dentro da postura de uma ONG, que é uma postura crítica, assegurar a nossa permanente colaboração crítica e construtiva. Eu tenho dois tópicos, um deles é a questão, se não me engano, o 13 ou o 15, não sei se é um a mais ou a menos, “fiscalizar e licenciar atividades e empreendimentos”. Na gestão anterior, numerosas atividades de fiscalização foram transferidas para os Municípios, na minha opinião, algumas assomadamente e, talvez até, desastrosamente. Isso tem que ser revisto, não é agora o momento, mas quero chamar a atenção porque isso precisa ser revisto porque os Municípios e seus consórcios já estão a braços com essas atividades. É claro que muita coisa pode e deve ser transferida em nível Municipal, até porque não há outra alternativa, é uma tremenda concentração, atribuições licenciadoras que a FEPAM assumia, mas algumas, positivamente, precisam ser revistas. Então, isso é algo que, nas próximas reuniões, espero que venhamos a abordar. Em segundo lugar, a Comissão técnica permanente de agrotóxicos em dezembro concluiu o projeto da nova lei de agrotóxicos, que será entregue à Assembléia Legislativa logo que as atividades da mesma reiniciem a discussão, no próximo mês, penso eu. E, na minha opinião, esse projeto que foi elaborado por uma Comissão apartidária e integrada por setores dos mais diversos segmentos sociais, do Governo, de ONGs, Secretarias de Estado, etc., é um excelente projeto, acredito que seja até agora o melhor do Brasil. E embora ele ainda não tenha sido entregue oficialmente, vou, nos próximos dias, encaminhar à Presidência uma cópia desse projeto, pedindo desde já, o apoio deste Conselho ao encaminhamento do projeto. Obrigado. O SR. DARCI CAMPANI: (Fala fora do microfone): (Incompreensível) do Rio Gravataí. A minha posição aqui é de representação dos comitês de gerenciamento das bacias existentes no Estado do Rio Grande do Sul e as que estão em elaboração. Eu, particularmente, tenho a minha posição sobre a discussão, mas como comitês de gerenciamento ainda não fizemos as discussões, já tivemos uma reunião de articulação dos comitês nesta semana. Logo após a reunião dos comitês, fizemos uma reunião (incompreensível) da Secretaria de Obras, e já estamos com uma agenda marcada para a Secretaria do Meio Ambiente, com o Secretário do Planejamento. E os comitês estão sendo tocados diretamente na questão (incompreensível), entendem a importância da participação dos comitês na discussão. A gente sabe que é um aspecto programático que está no programa do partido eleito, mas como comitê a gente reivindica também que queremos participar mais ativamente dessa discussão que, evidentemente, não tinha nenhum fórum que reunisse outros comitês de gerenciamento e hoje são em bom número, e já ficou marcada para o dia 24 de fevereiro marcada uma agenda com o Secretário do Meio Ambiente (incompreensível) para aprofundar e pensar, não sei se individualmente cada comitê e o seu posicionamento, mas queremos ajudar na construção dessa nova proposta, (incompreensível) no Estado. Particularmente, acho só na redação, se é que vai-se consolidar, a questão dos recursos hídricos para a parte de meio ambiente, acho que está sendo ótima a integração do sistema, a prática da integração. E como está logo adiante no projeto, se a estrutura vai estar dentro da Secretaria do Meio Ambiente, não vai ser um órgão de integração, mas um coordenador do sistema de recursos hídricos e, portanto, o item seguinte, (incompreensível), em linguagem jurídica, acho que é despidendo, é desnecessário tendo em vista que uma das atividades de coordenar o sistema é presidido (incompreensível) e já consolida isso aí no próprio item 3.5, que diz que toda a estrutura passa para dentro da Secretaria de Meio Ambiente. Uma função muito explícita, muito específica sendo colocada na lei. Ressaltando, os comitês hoje não possuem uma posição de onde é melhor a localização dentro da estrutura da Secretaria de Obras e Meio Ambiente, mas estamos aí para participar dessa discussão. A SRA. ANETE ...: (Fala fora do microfone) Sou da Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação. A proposta como está colocada, dessa forma, a Secretaria de Obras é contrária.

Entendemos que essa proposta tem que ser mais avaliada, mais discutida e entendo (incompreensível), de que a proposta deve ser mais discutida no meio, com os Secretários, com relação aos recursos hídricos.

O SR. MARCO – ASEPAN : Quatro pontos que vejo como fundamentais. Primeiro, manifestando o que o colega Sandro já levantava anteriormente, é uma preocupação que, pelo menos, não tinha me dado conta da importância de se ter, nesse momento, uma lei específica ou como fazer isso através das outras Secretarias de Estado. Estamos aqui tentando arrumar uma melhor elaboração da proposta de criação de uma Secretaria, na tentativa de realmente fazer o que a gente vem, há muito tempo dizendo, que é de fazer a ecologização da sociedade administrativa. Digamos, em nível de Secretaria de Meio Ambiente, tudo seria permissível no sentido da ambientalização dessa sociedade, e em nível das outras Secretarias e os outros departamentos de Estado, como isso poderia ser amarrado. Tenho certeza também de que não é nesse momento, com a criação dessa Secretaria, que vamos conseguir isso, mas até que ponto isso está sendo levado para as outras Secretarias, visando que isso também se dê de uma forma muito concreta na prática, porque senão se transformar a Secretaria do Meio Ambiente a detentora do monopólio, que é ela que faz a questão ambiental do Estado, e as outras ou vão ser coadjuvantes ou a Secretaria do Meio Ambiente passa a ser a coadjuvante dos outros. Segundo ponto que até passou a me preocupar bastante, e que as entidades ecológicas do Estado vêm tentando mudar isso há um bom tempo, que a própria proposta traz aqui, uma série de indicações, inclusive de transformação no caso do conceito dos recursos hídricos, a questão da fundação zoobotânica, Pró-Guaíba, CONSEMA, que passa pela própria proposta, que está sendo presidido, automaticamente, pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente. Ora, nem que fosse um super-homem conseguiria dar conta de tudo isso. Já coloco que não tinha me dado conta dessa questão anteriormente, mas acho, de sã consciência, que seria salutar, neste momento, propormos o que pelo menos as entidades ecológicas vêm propondo há muito tempo, que é a questão de todos os Conselhos representativos da sociedade, que haja eleição direta pelos pares dos respectivos Conselhos estaduais representativos. Sou inclusive de viabilizar, inclusive, só aqui nessa proposta, tem quatro indicações do Secretário Estadual do Meio Ambiente ser presidente, impossível isso, inclusive, humanamente. A outra questão que tem algumas circunstâncias aqui que estão levando em choque algumas atribuições que competem diretamente a Secretaria e o que compete diretamente ao CONSEMA, já definidos em lei. Então, acho que, apesar de estar contemplada nessa proposta, mas não de forma clara, como competência exclusiva da Secretaria ou não. Acho que poderia ser melhor clareada essa questão. E outra, nós devemos estabelecer uma referência legal para a situação da conferência estadual do meio ambiente, porque até então, nem a lei do SISEPA nem a lei da política estadual, que foi aprovada pelo próprio CONSEMA, e o SISEPA pela Assembléia em termos de lei maior, não refere nenhuma vez a questão do CONSEMA enquanto um órgão deliberativo para a sociedade enquanto reunião da área ambiental. Não tem nenhuma referência, nenhuma. E aqui na proposta traz explicito que o CONSEMA vai ser uma reunião onde vai ser definido e aprovado em linhas gerais, mas, em termos legais, não tem absolutamente nada, nem apontando para a questão da conferência, nem deixando amarrado isso em lei, para que isso se dê de fato. Acho que isso é importante ter alguma amarração, porque todas as outras leis remetem o CONSEMA exatamente como um órgão inclusive superior a própria Secretaria, porque ele é um órgão normativo-deliberativo. O SR. ...: Quero saudar a criação da Secretaria do Meio Ambiente, nós da agricultura estamos inseridos dentro desse contexto, desde o programa de Governo a gente participou de algumas discussões. E acho que isso é saudável para o Estado do Rio Grande do Sul, no que, aliás, é pioneiro nessas discussões ambientais. Agora mesmo, o próprio Prof. Lewgoy já referiu a lei dos agrotóxicos, e agora também surge a questão dos transgênicos que estamos começando essa discussão dando um passo a frente dos outros Estados. Mas apesar de já ter sido colocado aqui, quero reafirmar a condição de algumas ações que são da Secretaria da Agricultura e se confundem com a Secretaria do Meio Ambiente, e apesar de o André colocar que ainda está em discussão, quero reafirmar isso aqui, o próprio Secretário nos coloca isso, que essa discussão não está acabada, e que a gente lendo aqui ficamos com a impressão de que já está transferido o departamento de recursos naturais renováveis, os recursos humanos, o (incompreensível), queria deixar claro que essa discussão ainda não terminou dentro do âmbito da Secretaria da Agricultura com o pessoal do Meio

Ambiente. Só para deixar anotado isso, essa minha intervenção. SR. MÁRIO TEIXEIRA – PUC: Em primeiro lugar, gostaria de manifestar a nossa satisfação em ver essa proposta que objetiva melhorar as ações na área ambiental no nosso Estado. Com relação a proposta, achamos que seria muito interessante que fosse elencado as vantagens e as desvantagens dessa proposta, como em todas as propostas, é importante mostrar as vantagens e os problemas que possivelmente vão surgir da união de várias ações que estão, hoje, distribuídas em diferentes Secretarias. Vou apenas tecer alguns comentários sobre as Secretarias, que são as que mais conheço, e acho que têm a ver. No caso, por exemplo, da FEPAM, ficar juntamente com o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, dentro de uma mesma coordenação, acho excelente, acho que existem vantagens porque vai ser possível se coordenar as ações desses dois órgãos ambientais, um florestal especificamente. Vai melhorar, na minha opinião, a administração dessas questões de licenciamento. Já não sei se vai funcionar muito bem com a questão dos recursos hídricos, que desconheço qual é toda a sistemática lá na Secretaria de Obras. Já não sei também se vai funcionar bem, e aqui o item 1.34 –“Criar o sistema estadual de saneamento e coordenar a elaboração estadual do plano de saneamento ambiental”, parece-me que isso deve pertencer à CORSAN. Hoje em dia esse trabalho, e não sei qual é a Secretaria – de Obras também. O SR. PRESIDENTE: Secretaria de Obras e Saneamento. O SR. MÁRIO TEIXEIRA: E isso também tem que ser visto como é que vai se operacionalizar isso. Existem uma série de questões operacionais que a nós, que estamos aqui, talvez um de cada área, conheça bem, mas não conheça as outras, para verificar essas vantagens e desvantagens. O SR. RENATO.: Em primeiro lugar, cumprimentar a todos, estou aqui na qualidade de representante da Secretaria do Planejamento. Para mim, enquanto ecologista, que há anos estou nessa batalha da área ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, é meio difícil, só pelo fato de estar sentado há um mês na Secretaria do Planejamento, falar especificamente, uma visão. Então vou trazer aqui o que é uma batalha de anos, e trazer a posição formal da Secretaria do Planejamento. Quero dizer que essa luta de integração da política ambiental no Estado é uma luta muito antiga, não só dos órgãos especificamente vinculados questão ambiental, mas também aos que até hoje não se entendem como vinculados à questão ambiental. São as várias Secretarias atuando de forma separada, desintegrada, e onde a FEPAM e os órgãos ambientais sempre eram chamados no último momento para dar o licenciamento, depois a localização já estava definida lá com a SEDAI, com a Secretaria de Incentivo aos Grandes Empreendimentos e tudo mais. Então, na discussão da política ambiental no programa de Governo, participava da setorial do partido, e se discutiu profundamente isso. E não foi à toa que foi um compromisso programático em direção à Secretaria do Meio Ambiente. Então isso está dado como um compromisso de quem ganhou esta eleição, e isso vai acontecer. A discussão também sobre as resistências corporativas, a gente já tinha também dentro da discussão do programa. É um momento delicado, tem-se que se fazer os ajustes em cada Secretaria, de onde vão sair órgãos, para ver, efetivamente, os motivos pelos quais aqueles órgãos estavam vinculados àquelas Secretarias e as razões pelas quais elas vão passar a compor a nova Secretaria. É necessário que haja um momento de desprendimento muito grande, e essa discussão especificamente está sendo feita em relação a Secretaria do Planejamento, com o Secretário Langoni, com o Secretário Clóvis, que já realizaram algumas reuniões e está em discussão especificamente com relação a Secretaria do Planejamento, pontualmente, a transferência da coordenação do Pró-Guaíba, que é um programa que, nesse momento, integra onze co-executores, vários deles no Estado, com obras grandes, atinge duzentos e cinquenta e um Municípios, noventa e sete frentes de ação (incompreensível), é um programa grande. E a discussão fundamental com relação a Secretaria de Planejamento é no que diz respeito a interlocação com os agentes externos de captação de recursos. Vai incidir também a nova Secretaria também no planejamento ambiental, como vai incidir na parte de recursos hídricos, na parte de unidade de conservação, na parte de licenciamento especificamente que antes era vinculada à Saúde. Quero trazer essa manifestação de que é um momento delicado, o Governador vem acompanhando diretamente essa questão, como compromisso dele e palavra dele empenhados durante a campanha, e quero dizer que vejo um grande avanço, porque a política ambiental está totalmente descoordenada e sempre o interesse econômico sobrepondo o interesse ambiental, que pesa a nossa Constituição desde 88 dizer que o interesse econômico tem que se subordinar ao interesse ambiental. É um desafio

grande, estamos vendo um enfrentamento grande com setores do capital internacional, do capital privado, a tarefa ambiental é importante nesse momento de disputa da conjuntura. Não é à toa a suspensão de recursos para o Pró-Guaíba, faz parte de toda essa retaliação internacional pelo modelo do projeto social e de Governo que está-se querendo implantar aqui. É um momento delicado porque vejo que nós, e este Conselho como instância máxima, trabalhar o fortalecimento dessa idéia é algo muito importante, porque isso coloca uma nova linha, que é a Secretaria criar um compromisso firmado com o Governador, nas várias situações que já passamos nessas décadas, de Governadores que nem lembravam que respiravam ou que faziam parte do meio ambiente, virem a manifestação do Governador Olívio na posse, com o Langoni como presidente da FEPAM, demonstrou claramente que há um compromisso do centro do Governo com a questão ambiental. É uma garantia que se sabe nesse início de Governo que os novos empreendimentos vão passar efetivamente por essa instância. Vejo que temos que reforçar a idéia da Secretaria, reforçar a idéia desse Conselho e vamos fazer os reajustes devidos, que vão ser necessários nesse processo, com as delicadezas que eles têm. E é bem isso, é um momento delicado, então reafirmo em nome do Secretário Clóvis, especificamente, que a Secretaria do Planejamento entende que é um momento de negociação ainda da Secretaria, especificamente quanto a certos detalhes. Assim como nesses dias, em reunião com o Secretário Ruas, com quem também vai-se discutir os limites do que é Obras e do que é Meio Ambiente. É um processo em discussão, na verdade a Secretaria está em discussão. Essa questão é muito delicada mas existe um compromisso político, e não consigo separar o ecologista do militantes partidário do cargo que estou, não consigo essa separação de papéis. Acho que é um compromisso político assumido e devemos, com as delicadezas, tocar em frente. O SR. CELSO DOS ANJOS – Secretaria de Saúde: (Fala fora do microfone) Queria fazer uma consideração a respeito dessa questão dos (incompreensível) apresentado aqui, até porque saúde e meio ambiente (inaudível), e aí tem uma questão que queria colocar. A mim não parece que a discussão tenha que ser exatamente de que parte, de que órgão (incompreensível), porque não é isso que vai dar legitimidade a questão (inaudível). Agora sim, existe uma questão, que me parece que é a questão maior, quem é que vai ser o detentor da política (incompreensível) Isso é outra questão. Quem é que vai criar essa política, quem vai-se responsabilizar pela questão da (incompreensível), e isso sim que me parece ser a questão maior. Por exemplo, até por vício de origem vou falar de algumas coisas de origem, a CORSAN deveria, em princípio, trabalhar com a questão da água e (inaudível).Então, na verdade, cabe a nós, (incompreensível) dentro da saúde, fiscalizar a captação de água. Nós não temos a ação de coletar, mas cabe a nós fazer essa vigilância da água. Então, acho que é superimportante que se observe, qual é a política. Agora, se vai estar a execução de determinado programa ou de uma política, digamos, de meio ambiente, um braço seu, em algum setor, esse ou aquele, essa parece-me uma questão secundária. O que realmente tem que ficar claro é a quem cabe a atribuição de vigiar, e certamente fazer a vigilância ambiental cabe à Secretaria de Meio Ambiente. Isso me parece fundamental. E aí entra uma outra questão, que já tinham colocado antes, que é a questão da atenção integral a uma distância ambiental, que é uma questão com a qual temo-nos debatido muito, que é assim: ao mesmo tempo que estou fazendo essas colocações, termina que quando se tem vários braços, muitos em outros lugares, se não estiver muito bem amarrada a questão da vigilância ambiental, chega-se numa (incompreensível), chega-se a um efeito paralisante e ninguém mais faz absolutamente nada. (Incompreensível) Parece-me que essa é uma batalha que estamos tendo hoje na Secretaria de Saúde. (Incompreensível), que se pode medir a questão da atenção integral, porque se precisa saber, exatamente, até que ponto as coisas estão sendo desenvolvidas nessa forma de parceria, que a gente pressupõe que, teoricamente, deveria ter ou, ideologicamente deveria ter, (incompreensível). Essa preocupação e até quero dividi-la com vocês, porque está nascendo uma nova secretaria e é importante que a gente pense, porque (incompreensível) Vejam bem, se tenho um programa de borrachudo que sei que, teoricamente, tem a ver com a destruição de peixes, que (incompreensível), se sei que a mata auxiliar foi destruída, simplesmente (incompreensível) e não amarro absolutamente nada na questão ambiental, apenas falo, não crio nenhum vínculo maior com a questão reflorestamento, reprodução de peixes – não entendo muito isso. O SR. ...: A poluição ambiental dos rios. O SR. CELSO DOS ANJOS: (Fala fora do microfone) Justamente, tudo isso. Então é verdade, o que falta é se amarrar indicadores para que eu possa, inclusive, cobrar a partir

de uma vigilância de atenção integral, em termos de meio ambiente, devidamente constituída. Isso pressupõe, evidentemente, (incompreensível) e vocês vão formatar a política. Agora, se o órgão “x”, “y”, “z” conceder para vocês ou não, parece-me que essa possa ser uma questão secundária. O SR. PRESIDENTE: A palavra está à disposição para esclarecimentos. O SR. ...: (Fala fora do microfone) Na verdade, em geral, foram colocações que a gente anotou e a maioria das questões eram (incompreensível), fora entendimento em contrário.

O SR. ...: Vou pedir desculpas, vou ter que me retirar. O Fabrício está apto, tem todas as condições de responder em detalhes os trabalhos da Comissão, desejo uma boa-tarde a todos. O SR. PRESIDENTE: Vamos colher as manifestações finais sobre o tema e tratar do encaminhamento. A SRA. ...: (Fala fora do microfone) (Inaudível) Uma das coisas que o movimento tem considerado importante na questão dessa Secretaria, é a possibilidade de vários órgãos, que hoje estão espalhados. A gente vê com uma certa preocupação que ainda exista alguma possibilidade de determinados órgãos, (incompreensível). Nós consideramos fundamental que sejam integrados, até para facilitar até a questão da aplicação da política ambiental, nós queremos ação e vamos conseguir implantar políticas se tivermos um órgão gerenciando tudo. (incompreensível) e é no até hoje não conseguimos avançar, porque cada Secretário pensa de um jeito (incompreensível) Essa proposta de tirar alguns órgãos de outras Secretarias e agregá-los em uma Secretaria só, para nós, é um grande mérito. Não falamos na questão da Brigada Militar porque (incompreensível). Quero deixar aqui a minha manifestação como Unidade dos Amigos da Terra, de que essa Secretaria realmente tenha todos esses órgãos, de recursos hídricos, esses pontos que foram mencionados aqui, porque para nós (incompreensível) porque se continuássemos com uma Secretaria que tivesse as questões ambientais separadas, aplicar a política ambiental vai ser muito difícil. O SR. PRESIDENTE: Sugiro que na fala do Darci Campani encerrem-se as inscrições. O SR. DARCI CAMPANI: (Fala fora do microfone) Quando se fala sobre um posicionamento e quando se tem quanto a CORSAN, eu, particularmente, a gente já teve uma reunião com a atual diretoria da CORSAN, a CORSAN esteve presente nessa reunião dos comitês, e há uma diferença na concepção atual da diretoria da CORSAN, mas particularmente acho que é uma perda para o sistema. Já tivemos enquanto comitê, digamos, alguns enfrentamentos com a CORSAN dentro de uma visão muito tecnocrática que tinham as gestões anteriores e a função dela era de abastecer água e tratar esgoto. Aí tivemos um lixão, um depósito de borracha a poucos metros da captação de água da CORSAN, onde a direção da CORSAN na época dizia que a função era de captar água, e se captassem água com aquela qualidade, usariam mais produtos químicos para que a água tivesse qualidade. Se a água está sendo poluída a dois metros da fonte de captação por um poluidor, não tem nada a ver com eles, teríamos que acionar a FEPAM. É lógico que (incompreensível), no mínimo, essa alteração na linha política da CORSAN é uma coisa que tem que ser bem discutida pela Secretaria de Meio Ambiente. Acho que realmente a estrutura de saneamento ambiental (incompreensível) vinculada a Secretaria de Meio Ambiente pode trazer a garantia de que não se vai ter esse viés em saneamento, fazer obras, saneamento, captar água, distribuir, captar esgoto e tratar esgoto. Vai ser uma visão de saneamento integrado a questão ambiental. O SR. PRESIDENTE: Não temos mais inscritos. O SR. ...: (Fala fora do microfone) Queria reforçar as palavras do Dr. Darci e colocar que nós também mantivemos uma discussão ampla dentro da categoria. Mas dentro de uma instância mais ativa (incompreensível) um alinhamento político mais direcionado às ações sociais e ambientais vinculadas a Secretaria do Meio Ambiente. E quanto a atuação em si, também a gente entende que o Sindicato provavelmente venha a ser absorvido (incompreensível) que ela deva ter uma atuação que transponha os limites exclusivos da água e do esgoto cloacal, e que passe a atuar na questão do lixo e outras questões ligadas ao meio ambiente. E na correlação com o sistema integrado (incompreensível), acharíamos que a atuação dela seria (inaudível). O SR. PRESIDENTE: Queria aproveitar a fase final desse ponto para apresentar alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar o fato de que a proposta de estruturação da Secretaria não representa nenhuma novidade em termos de arranjo institucional do ponto de vista conceitual. O que basicamente se está fazendo é a junção do que se chama agenda verde, azul e marro. Ou seja, todos os Estados que estão empreendendo reformas institucionais e reorganização da gestão ambiental no País e em nível internacional, estão trabalhando a articulação dessas três agendas. A agenda de política de preservação, a agenda de gestão do recurso hídrico,

um recurso natural extremamente significativo, através de uma concepção de gestão territorial por bacias e não por gestão do recurso em si, do curso d'água, mas de gestão territorial por bacia, e a agenda de controle e acompanhamento de atividades impactantes. Então não há uma invenção de proposta em relação ao que universalmente no meio ambiental e nos arranjos institucionais se verifica em relação a proposição da Secretaria. E há claramente, desde a origem, uma visão afirmada na campanha eleitoral, e reafirmada após a posse de que é necessário se reorganizar a gestão ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. Articulando essas agendas, isso não significa só criar uma Secretaria, significa que temos uma diretriz de atuação integrada entre as Secretarias, porque a maior parte dos programas se viabiliza através de uma atuação integrada e o compromisso que está no programa de Governo, de fóruns entre as Secretarias, temáticos, que promovam essas articulações. Um trabalho que foi feito até o presente momento é, basicamente, um desdobramento do que foi apresentado como diretriz geral em nível de programa de Governo. Há uma série de discussões internas de Governo que devem ser procedidas nos canais internos de Governo e o Governo deve apresentar a Conselhos como este posicionamentos com relação a essa questão. Essas discussões estão sendo procedidas, não se trata de uma transposição automática, há uma série de complexidades envolvidas nisso e há a decorrência de uma opção feita inicialmente, que foi não iniciar a gestão com a Secretaria Extraordinária, e já trabalhar a criação de uma Secretaria permanente a ser aprovada pela Assembléia Legislativa. Essa opção faz com que tenhamos nesse conjunto de segmentos definidos como gestão ambiental, uma situação intermediária, e uma diminuição da capacidade plena do exercício das suas prerrogativas. O Governo fez uma opção por assumir esse ônus nessa fase inicial, para que a Secretaria fosse maturada, após a posse, na discussão interna e externa, e que ela fosse consolidada como uma Secretaria permanente. A outra opção seria aproveitar uma estrutura já existente e uma das duas secretarias extraordinárias que estavam colocadas aí, Metropolitana e a Automotiva, e trabalhar em cima dessa estrutura da Secretaria. Temos, agora, a tratar uma série de encaminhamentos em relação a isso, há uma série de procedimentos internos, de conversações, negociações que estão sendo feitas e que têm continuidade, há uma solicitação, uma determinação do Governador de que o cronograma de apresentação do projeto de lei seja preenchido, seja resolvido até o final do mês de fevereiro para que a Assembléia tenha entre as suas prioridades de avaliação essa proposição e para que a Secretaria se consolide de maneira a responder ao conjunto de demandas que está colocada. E há uma determinação muito clara de parte do Governador no sentido de que, em essência, aquilo que no mérito está apresentado no programa de Governo, será viabilizado pelo Governo que assumiu. Ou seja, os compromissos assumidos no programa em relação a essa questão da Secretaria do Meio Ambiente, que estão explícitos, serão efetivados pelo Governo que assumiu por uma questão de coerência com aquilo que foi apresentado na campanha eleitoral. Obviamente essa não é uma definição genérica que necessita de um arredondamento e que a tarefa nossa, das Secretarias todas envolvidas, é de promover esse arredondamento da maneira mais adequada para que a gestão seja eficaz e que não haja prejuízo da recuperação dessas atribuições, uma vez que nós temos, todos, uma percepção que esse conjunto de setores que tem responsabilidade no meio ambiente no âmbito do Governo do Estado, estão numa situação preocupante em relação a sua estruturação e às suas possibilidades de alcance. Nenhum desses órgãos está numa situação ideal, como não estavam em situação ideal nenhum dos órgãos que foram recebidos por nós. Mas especificamente em relação a esse conjunto de setores, há uma situação de enfraquecimento, de orçamento baixo, de dificuldades de pessoal que vai requerer um esforço muito grande de recomposição por parte do Governo, principalmente pela particularidade de que nós, pela situação de crise do Estado, temos uma determinação de redução de despesas e corte de despesas, de enxugamento de máquina em função da situação objetiva em que está colocada o Estado. Criar órgãos nesse contexto, isso também se aplica à Secretaria da Habitação, significa que a criação desses órgãos está contingenciada pela orientação geral de Governo, que é a criação de órgão em situação de crise. Há uma determinação também de que sejam potencializados ao máximo os recursos existentes em função dessa situação. Vamos ter que ter uma certa criatividade e um elevado senso de priorização para desempenhar as tarefas que estão colocadas para esse conjunto de órgãos. A nossa proposição em relação a isso, coerente com o que foi colocado na última reunião do CONSEMA, que seria de que nós conformássemos uma câmara

técnica provisória do Conselho para tratar desse assunto, uma Comissão menor de trabalho, em que todos os Conselheiros poderiam aportar contribuições, além das que vieram aqui e que teria a responsabilidade de discutir, como câmara técnica, o conjunto de questões vinculadas ao trabalho de criação da Secretaria do Meio Ambiente. Aí como Governo temos que fazer uma ressalva de uma particularidade, há um conjunto de tratativas internas de Governo que devem ser tratativas internas de Governo, que não estão no âmbito desta Comissão, embora essa Comissão esteja, obviamente, com a responsabilidade de acompanhamento dessas questões porque o detalhamento precisa ser feito e, em alguns casos, explicitado no futuro projeto de lei. A proposição que se apresenta é da composição de uma câmara técnica provisória, que trabalhe nesse sentido, teria que trabalhar por esse cronograma de maneira intensiva. É nossa idéia de que pelo quadro político colocado no início dos trabalhos legislativos, o adiamento do envio do projeto de lei poderia trazer dificuldades, porque a Assembléia vai ter uma pauta muito significativa no início do mandato, e o Governo tem posicionamento de que esse projeto de lei seja enviado na fase inicial dos trabalhos legislativos. A nossa proposição seria de que tivéssemos a formação dessa câmara técnica pequena e que a gente tivesse uma nova reunião extraordinária do CONSEMA para tratar desse tema num período de quinze dias, atingindo o final de fevereiro, de modo que o CONSEMA pudesse avaliar, que fossem feitos os processamentos internos de Governo, ainda necessários como avaliação pela Procuradoria-Geral e pelas instâncias de Governo que fazem o polimento desses projetos de lei, e que a gente pudesse tentar atingir esse cronograma inicialmente determinado pelo Governador. Essa proposta da câmara técnica provisória não é uma proposta da presidência, sempre foi uma proposta surgida na reunião anterior do Conselho e que decidiu não deliberar sobre isso porque não havia quórum no final da reunião. O SR. ...: Gostaria de um esclarecimento sobre essa proposta. Pelo que a gente sabe, pelo que depreendi da exposição do Sr. Secretário, as coisas realmente ainda vão necessitar de muitos ajustes, sobretudo em função de uma coisa: a gente pode fazer planos em função, em primeiro lugar, das idéias, da observação da realidade; em segundo, dos recursos disponíveis. Isso não está muito claro, nem o próprio Governo tem clareza sobre isso. Até mesmo em funções das retaliações do Governo Federal quanto a planos que já se tinha como basicamente garantidos, como o Pró-Guaíba, que não foi mencionado, salvo melhor juízo; o PRONAF, coisas assim. Então, em quinze dias parece-me um prazo bastante curto para que a gente, e não é que não se queira trabalhar, acho que a gente quer, mas eu não sei exatamente aquilo – repito, não compareci a primeira reunião -, mas me parece um prazo muito curto quinze dias, em função desses problemas que foram colocados. Acho que não há necessidade de que isso seja levado à Assembléia, qualquer projeto que seja, na fase inicial, pode ser no segundo, terceiro mês. Quero propor que esses quinze dias sejam prorrogados ou aumentados, aí vai depender do que os colegas ou companheiros do Conselho pensam. Acho quinze dias um prazo muito curto. O SR. PRESIDENTE: A palavra está à disposição dos Srs. Conselheiros. A SRA. ...: (Fala fora do microfone) Na medida em que existem duas coisas que devem ser analisadas, uma é o que diz respeito às atribuições da Secretaria. Verificar o que já existe em legislações (inaudível), e para isso uma participação que tivemos na (incompreensível), sempre se colocava de lado aquilo que era sugerido, a procedência. Se aquilo é algo que já consta numa legislação, a gente já coloca de lado porque aí é uma coisa que não se vai discutir nesse momento, e o que for novo (incompreensível). Essa é uma abordagem. E a outra entendo que seria a articulação das Secretarias com a Secretaria, acho que são duas situações que estão aqui dentro. (inaudível) Talvez devêssemos formar uma comissão para discutir as articulações e outra, talvez paralela, para... O SR. PRESIDENTE: Os trabalhos internos do Governo estão sendo feito por uma dinâmica de Governo. A proposição da câmara técnica é que a câmara técnica que debruce sobre a questão das atribuições do projeto de lei e que o Governo informe as suas decisões à câmara. A SRA. ...: (Fala fora do microfone) (Inaudível) O SR. PRESIDENTE: Há uma manifestação do Prof. Flávio no sentido da preocupação. A SRA. ...: (Fala fora do microfone) Gostaria de registrar talvez a necessidade, realmente, de termos uma câmara técnica que analise melhor, até (inaudível) Mas a área florestal, ela está contemplada de forma bastante (incompreensível) e de forma contundente (inaudível) Com há uma proposta que parece, inclusive de divisão daquilo que temos como ação da política florestal atual, no nosso conceito é difícil dividir uma coisa que é única,

integral (incompreensível), essa é uma discussão que vai surgir bastante forte. Então imagino que política florestal é um item que está contemplado, até bem mais do que política ambiental, acredito realmente (incompreensível), não sei se seriam itens que entrariam ou não numa Secretaria de Meio Ambiente. Parece-me que há outros itens na questão ambiental que não estão contempladas nesta (incompreensível), e creio que (inaudível), que tenha uma ressonância em nível técnico e em nível político. **O SR. PRESIDENTE:** Temos uma manifestação do Prof. Flávio e da Cristina com relação a questão do prazo de quinze dias. Verificando o calendário e trabalhando a idéia de retomada de trabalho com a retomada das atividades em geral, poderia-se pensar, com o agravante do atraso do envio do projeto, em trinta dias, temos cinco de março que é uma Sexta-feira também, dia ordinário de reuniões do Conselho. Avaliação do governo em relação a questão da Assembléia, é de que o período inicial de funcionamento da Assembléia vai ser um período conturbado politicamente, embora não esperemos dificuldades da avaliação desse projeto no mérito, de que o contexto político geral e a correlação de forças existentes pode trazer prejuízos ao trâmite do projeto. Quem acompanhou o trâmite da discussão do Código Estadual de Meio Ambiente, sabe o que isso significa e nesse novo contexto político, principalmente pela situação de crise do Estado e dessa dificuldade toda que será enfrentada no primeiro momento, sabe que a tendência, passadas a instalação da Assembléia, os debates conjunturais, principalmente relativos a crise do Estado, tomem conta da pauta. Há uma avaliação conjuntural do Governo de que projetos como este devem ser enviados o mais rápido possível, sob pena de eles serem subordinados a uma pauta política maior, serem prejudicados por uma pauta política maior e sob pena de que o atraso na criação da Secretaria do Meio Ambiente por muito tempo traga prejuízos objetivos ao desempenho das funções previstas para esse órgão. Mas havendo um entendimento do Conselho no sentido da necessidade de um prazo maior, nós poderemos trabalhar com a data de reunião daqui um mês, cinco de março. Temos carnaval no meio e muitos Conselheiros em férias. **O SR. ...: (Fala fora do microfone)** Na verdade o período de análise da Assembléia apenas adiará uma semana, e acho que isso não é muito tempo. Isso daria, por exemplo, se vai ser formalizada a comissão técnica, temos que ter um prazo, reuniões periódicas nesse intervalo e tem que ser analisado pelo plenário. **O SR. PRESIDENTE:** A Secretaria do Conselho lembrava que temos câmaras técnicas agendadas para cinco de março, mas havendo uma deliberação de que o pleno do Conselho deva se reunir, as câmaras técnicas ficam subordinadas a uma decisão maior do Conselho. O silêncio implica em concordância? **O SR. ...:** Não teria impedimento nenhum para ser no dia cinco de março, porque a câmara técnica é pela manhã. **O SR. PRESIDENTE:** Tem a câmara dos portos à tarde. Mas conversamos com a câmara dos portos e promovemos uma alteração. **O SR. ...:** Porque nos dias três, quatro e cinco estão marcadas reuniões de várias comissões técnicas para justamente.... **O SR. PRESIDENTE:** Não é problema, porque as câmaras são menores e não necessitam do auditório para se reunir. Temos salas menores de reunião que se possibilitaria fazer reuniões paralelas com mais de uma câmara, não há problema. Se uma decisão maior de Conselho, comunicamos aos companheiros que presidem as câmaras técnicas de que é necessário fazer um remanejamento de data. Entendo o silêncio como concordância. Deixaríamos já marcada uma reunião para o dia cinco de março, à tarde e teríamos que passar, agora, para a composição da câmara técnica provisória, responsável pelo acompanhamento e discussão do caso, combinando esse procedimento de que qualquer Conselheiro que tenha contribuições, possa enviá-las à câmara técnica e à Comissão executiva que está trabalhando nesse assunto, e as comissões que vão ter que dialogar permanentemente. **O SR. ...: (Fala fora do microfone)** Tendo em vista esse prazo, parece-me que a audiência com os comitês seria no dia 24 de fevereiro, gostaria de deixar aqui explicitado da possibilidade de se rever essa agenda para um pouco antes (inaudível.). **O SR. PRESIDENTE:** Não há problema. Será a primeira câmara técnica composta na atual gestão, metodologia utilizada - e me ajudem os Conselheiros mais antigos -, é de voluntariado ou indicações. **A SRA. ...:** E teria um número limite de participantes? **O SR. PRESIDENTE:** A nossa proposição seria de trabalhar com a câmara técnica de cinco pessoas, e daí se teria mais agilidade de se reunir com mais periodicidade. No mínimo, essa proporção, não pode ser uma câmara técnica com uma grande predominância do Governo, mas que o Governo tenha instâncias para tratar desse assunto e não resolveria a necessidade de participação mais efetiva de setores da

sociedade representados aqui no Conselho. Ela tem que ter acompanhamento de parte das entidades do Governo. **O SR. ...: (Fala fora do microfone)** (Inaudível) Uma série de envolvimento, inclusive a própria Universidade está-me exigindo, mas já me candidato a ser um dos elementos integrantes. E já faço uma sugestão, os demais Conselheiros, quem tiver internet, talvez deixe na secretária, que inclusive podem trocar informações via internet sem precisar da presença aqui. (Inaudível) para facilitar, agilizar. **O SR. PRESIDENTE:** Só solicito uma agilização das indicações porque temos outro ponto que vai ficar muito prejudicado, se perdermos muito mais tempo nisso. **A SRA. ...: (Fala fora do microfone)** Conversamos com outras colegas da ONG (inaudível), mas conversei com alguns e achamos fundamental a participação de uma ONG, só que estamos com dificuldade de pessoal, não sei como é o caso da AGAPAM, não sei se a AGAPAM teria condições (inaudível). Então, o que proporia, é que essa representação, diferente das outras técnicas, seja de uma ONG que tenha (inaudível). Vão ser várias reuniões, uma atrás da outra, somos apenas cinco entidades e nós podemos nos falar, pegar a posição das cinco e, quem estiver em Porto Alegre naquele dia. Não sei se a AGAPAM tem interesse em participar, uma vez que seria uma overdose de reuniões. **O SR. ...:** Em princípio, sim. A dificuldade é, novamente, a questão de terras, vamos dizer assim. O professor está participando.

O SR. ...: Acho que posso tomar a liberdade de também propor, gostaria de ter a representação da FIERGS. **A SRA. ...: (Fala fora do microfone)** (Inaudível) ...pode ficar dessa forma, o Conselho se importa? **O SR. ...:** O Professor é do Conselho Superior da AGAPAM, embora ele esteja aqui representando a UFRGS. **O SR. PRESIDENTE:** Não há problema, em relação a representação das ONGs, se não houver discordância de parte do Conselho. **O SR. ...:** Só que temos que fazer a indicação porque tem que ter a nomeação oficial. **A SRA. ...: (Fala fora do microfone)** Tenho uma proposta para as Secretarias envolvidas nessa questão (inaudível), que as Secretarias também tivessem a participação nessa comissão, e não sei se os companheiros aceitariam, de um representante do Governo fizesse parte, a Secretaria de Obras se propõe a ser a representante das outras duas. Não sei se poderia ser assim. **A SRA. ...: (Fala fora do microfone)** (Incompreensível)

O SR. ...: Essa semana que se inicia na Segunda-feira eu estarei ausente, já é uma semana a menos.

O SR. PRESIDENTE: Temos voluntariados aqui. UFRGS, uma ONG, AZEPAN, Secretaria de Obras, FAMURGS, FIERGS – inevitavelmente temos que ter alguém da Comissão que está trabalhando na comissão executiva dentro da câmara técnica para fazer a ligação. A Secretaria de Segurança se disponibiliza? **O SR. ...:** O meu suplente estará presente aqui, com certeza.

O SR. PRESIDENTE: Temos sete representações. **O SR. ...: (Fala fora do microfone)** (Inaudível) Se coloca à disposição se for necessário. **O SR. PRESIDENTE:** Temos sete representações, a presidência não tem reparos a fazer em relação ao número; a preocupação com o número é de agilidade. **O SR. ...:** Pensei que tinha pouco, e até abdicaria em nome da UFRGS, acho que sete é demais. **O SR. PRESIDENTE:** Professor Sandor, AZEPAN, Secretaria de Obras, FEPAM, Segurança Pública, FIERGS e UFRGS. **O SR. ...:** Acho que está bom assim, sete não é demais, é uma boa representação. **O SR. PRESIDENTE:** Isso é mais em relação a organicidade da Comissão em relação a disponibilidade do Governo, o Governo deve estar disponível sempre, então os órgãos governamentais não têm problema em relação a isso, mas os órgãos de representação externa, voluntariados, dão uma condição de pluralidade significativa para a Comissão. Achamos positivo, não há problema. **O SR. ...:** Devemos estabelecer um calendário. **O SR. PRESIDENTE:** A gente propõe que ao final da reunião isso seja combinado pelos membros. O nosso próximo ponto, fazendo uma lembrança em relação a reunião anterior. Nós fizemos uma discussão na reunião anterior, que foi de avaliação do CONSEMA na gestão anterior e de indicação de pautas prioritárias para 99, e acertamos, foi feita uma discussão preliminar, acertamos que naquela reunião que, para esta reunião, seriam trazidos pelos Conselheiros listas ou apresentação de pontos considerados prioritários para discussão no Conselho de maneira que pudéssemos estabelecer uma hierarquização da montagem da pauta de reuniões, sendo que ficou indicado que na fase inicial de gestão, nós, com certeza, teremos a necessidade de aumentar a periodicidade das reuniões. Foi proposta a alteração da periodicidade das reuniões ordinárias, que

são bimestrais para mensais e a presidência assumiu um compromisso de, até a alteração do Estatuto que está sendo tratado por uma câmara técnica específica, de convocar reuniões mensais, uma ordinária e outra extraordinária, até que se faça essa mudança formal. Temos previsões de reuniões mensais e o ideal seria que fizéssemos nesse momento sem prejuízo de que surjam outras demandas de pauta extraordinárias e sejam priorizadas, o elenco de um cenário de assuntos considerados prioritários para discussão de maneira que se possa organizar o calendário e não deixar de discutir as questões prioritárias do Conselho. Após o término dos trabalhos de revisão do regimento, provavelmente teremos a reformulação da dinâmica de trabalho do Conselho, onde vamos procurar estabelecer uma flexibilidade maior em relação às câmaras técnicas e vamos, também, procurar estabelecer um fluxo de informações maior da Secretaria Executiva e dos órgãos do Governo para com os Conselheiros, de maneira que esse fluxo de informação permita a qualificação da discussão e o aproveitamento melhor do tempo nas reuniões do Conselho. A nossa sugestão é a abertura para uma rodada de apresentação de temas, já com manifestações sobre prioridades, se for o caso, teríamos trinta e cinco minutos para isso, de acordo com o nosso teto. **O SR. ...: (Fala fora do microfone)** Sugeriria para o Presidente, não pela ordem de prioridades, três temas que deveriam merecer a atenção do Conselho. Primeiro, seria o conhecimento do resultado do Plano Diretor da Região Metropolitana, sei que está concluído, é um trabalho importante, e acho que é importante que o Conselho tome conhecimento até para canalizar ações em nível de Estado. O segundo, até pelo momento atual e acho que toda a situação que foi criada, o Pró-Guaíba, uma avaliação e o Pró-Rural, que talvez até se junte, não sei se é possível. Mas me parece que esses três temas são de extrema relevância, não só pelos resultados ambientais mas também pelos recursos envolvidos. E não necessariamente nessa ordem. **O SR. PRESIDENTE:** Fazemos um levantamento geral e decidimos uma forma de priorização. **A SRA. ...: (Fala fora do microfone)** (Inaudível) ...como proposta de pauta, que sejam ouvidos os técnicos da unidade, que fazem parte da (inaudível), bem como o Conselho Estadual dos Índios, para que seja dado um encaminhamento por parte do CONSEMA sobre a legalização da (inaudível) **O SR. ...: (Fala fora do microfone)** Também com relação ao Plano Diretor, a Lei 9921, através do Decreto 38356 (número a confirmar), necessita regulamentar a comissão para estudar alternativas para a questão dos resíduos sólidos do Estado. Essa necessidade de se ampliar o debate e criar a comissão que a legislação prevê é um fato importante para começar a mudar essa questão relativa à reciclagem e a disposição do lixo no território do Estado. (inaudível). **O SR. ...: (Fala fora do microfone)** Também está acabando o prazo para os Municípios apresentarem o plano de gerenciamento dos resíduos sólidos, por esse decreto também. (inaudível) E até em termos de compromisso com os Municípios, assinaram um termo de compromisso em dezembro de acordo com a (incompreensível), sobre os efeitos ambientais, e acho um assunto interessante e não só esse, mas toda a aplicação desse decreto que, por si só já traz vários aspectos. Mas num contexto maior, um ponto que a gente gostaria de colocar, é uma avaliação de toda a legislação ambiental do Estado e da aplicação na prática, o que estamos aplicando, qual o conhecimento que os órgãos tem sobre as legislações – porque as vezes parece que o órgão não está conhecendo muito bem a legislação. Então que o Conselho fizesse tipo um compêndio da legislação, seria um ponto importante. Outro ponto é a questão das regionais da FEPAM, acho que do jeito que está, estão trabalhando com dificuldades, mas mesmo com dificuldades, vai ser pior ainda se não trabalharem para várias regiões do Estado. Acho que a FEPAM tem que (incompreensível). E também sobre as praias da nossa região, principalmente de Pelotas e Rio Grande, Laranjal, (inaudível), estrutura na parte, (incompreensível). A parte que a gente pega a população de baixa renda, (incompreensível), estão completamente abandonado, sem fiscalização, nem o Município olha aquilo e nem o Estado tem condições de atuar. Acho que é um debate para colocar no Conselho também o litoral como um todo (incompreensível). Seriam três pontos para a gente debater aqui, na minha opinião. **A SRA. ...: (Fala fora do microfone)** (Inaudível) uma apresentação do GER, (inaudível). Acho que seria interessante também.

O SR. PRESIDENTE: Um gerenciamento costeiro. **A SRA. ...: (Fala fora do microfone)** Um gerenciamento costeiro no litoral norte, é um problema bastante interessante. E outra questão que é um compromisso do Conselho em 96 ou 97, não lembro agora, de que periodicamente fossem

feitos relatórios para este Conselho sobre o andamento da Rota do Sol, e aí peço enfoques especiais da implementação das medidas (incompreensível), e principalmente da questão ambiental. A implantação da AFA e da estação ecológica. Aproveitando o gancho, já que se está falando em estrada, talvez poderia ser feito um estudo do licenciamento da 101, como está, e acho que a maior parte aqui está acompanhando esse problema lá em São José do Norte. **O SR. ...:** Sr. Presidente, quero me reportar a uma outra necessidade do CONSEMA. É muitomais um esclarecimento, porque a gente tem participado de várias câmaras técnicas, das plenárias do CONSEMA e, particularmente, tenho notado uma incrível dificuldade por parte das pessoas que estão fazendo a função de secretárias executivas, hoje, de conseguir elaborar não só todo o material manuscrito que vem para as reuniões, mas também fazer a degravação de fitas, que é uma coisa extremamente cansativa e onerosa em termos de tempo. Parece que temos sempre duas pessoas exclusivamente presentes, e as vemos presentes aqui e na sala da secretaria executiva. A idéia, a sugestão é a possibilidade de ter alguma pessoa ou algumas pessoas a mais fazendo parte dessa comissão de secretaria executiva, sob pena de algumas coisas inviabilizarem mesmo, porque a gente está aumentando a demanda e não está aumentando o número de pessoas para realizarem, principalmente como as informações vão chegar até nós. A há alguns dias comentava-se com alguns Conselheiros, por exemplo, temos reuniões de comissões técnicas que nós trazemos para debater apenas na reunião da plenária, quando a gente marca. Perde-se muito tempo esclarecendo a plenária do CONSEMA o que foi tratado nas comissões técnicas até ser votado, perde-se duas, três reuniões até tirar uma deliberação. Se tivéssemos um processo de fluidez, que os Conselheiros automaticamente, após as reuniões das comissões técnicas estivessem recebendo as informações do que foi tratado e estivessem fazendo o feedback, devolvendo sugestões e outras informações, nós chegaríamos, certamente, nas reuniões de plenária com muito mais agilidade e prontos para votar a maioria das matérias em discussão. Acho que isso se faz urgente e necessário. **O SR. RENATO...:** Vejo que, na verdade, é o compromisso desta gestão a transparência, vai querer se aprofundar ou já está em alguma luta mais específica. Mas para outras, nem tanto. Sugeriria, até para parabenizar o presidente da FEPAM que está com uma ótima jornalista nos seus quadros, que se estabelecesse um informe do Conselho. Talvez até fechando coma proposta do Marco, onde a gente pudesse ter uma agilização maior das informações em pequenos tópicos, pelo menos a gente ir acompanhando o andamento, como, por exemplo, a Rota do Sol, teve notícias de que o Governo Estadual interromperia a Rota do Sol, vai reduzir as obras. Para que os Conselheiros, de uma forma mais privilegiada, e não digo a população em geral, sejam mais permanentemente informados do que está acontecendo, principalmente desses tópicos principais: como está a questão da Ford, da GM, empreendimentos em que a FEPAM está trabalhando em cima, tem o licenciamento da Paranapanema, do titânio – seriam assuntos com pautas permanentes que teriam que ter um pequeno informe do que está acontecendo. **A SRA. ...: (Fala fora do microfone)** (Totalmente inaudível) **O SR. PRESIDENTE:** Vou aproveitar a ausência de inscrições para dizer o seguinte: nós estamos, ainda, num procedimento de diagnóstico em relação ao conjunto de questões tratadas pela FEPAM e agora com a aplicação por outros setores também. Só na FEPAM há um conjunto enorme de informações que a dinâmica bimestral do CONSEMA certamente não teria como acompanhar. O aumento da realização de reuniões para periodicidade mensal resolve em parte essa questão, vamos ter que buscar formas alternativas de tratar questões para que o plenário do CONSEMA possa discutir as questões centrais. As câmaras técnicas operam isso relativamente bem, mas é preciso criar um canal de informação no que se opera no grande conjunto de câmaras técnicas ao CONSEMA, que não sejam de relato nas reuniões do Conselho, que seja uma forma alternativa de informação. A FEPAM tem, objetivamente, dificuldades de aporte de pessoal para essas tarefas. Estamos estudando a forma de reestruturação disso. A própria dinâmica de transcrição absoluta de tudo que é dito, é uma dinâmica altamente custosa, desgastante e talvez tivéssemos que operar segundo uma outra lógica e isso tem que ser avaliado pelo Conselho, que fosse a de relatórios resumidos das reuniões, salvo em situações excepcionais em que fosse solicitada transcrição total. E há necessidade objetiva de canais de informação, estamos pensando em relação a projetos como o “GERCO”, por exemplo. Pensamos que ao invés dele ser apresentado no plenário do Conselho, e pensamos em criar ou revitalizar uma instância chamada

“FEPAM Debate”, semelhante o que se fez por algum tempo na Secretaria de Porto Alegre, que era o “Porto Alegre – Terra Viva”, onde se abria um espaço com periodicidade a ser determinada, por exemplo, quinzenal, onde eram apresentados projetos em andamento, seja pela secretaria, seja por outros atores que têm projetos sendo desenvolvidos cuja informação seja relevante. Um exemplo típico é o “GERCO”, e que fossem convidados os técnicos do Governo e que fossem convidados também aqueles setores que tradicionalmente se relacionam com a área. Isso tem uma possibilidade boa de funcionar e evitaria que a gente usasse. Uma apresentação do “GERCO”, por exemplo, consome, no mínimo, duas horas do Conselho que se reuniria mensalmente. Essa pode ser uma alternativa, a criação de espaços públicos complementares de apresentação de informações e de projetos. Claro que isso não dispensa a necessidade de discussão sobre empreendimentos específicos ou normas ou objetos de resolução do Conselho. Além disso, parece-nos que a idéia de criação de um boletim permanente do Conselho, com informações sintéticas é interessante, e se poderia pensar como meios como a internet que viabiliza o acesso rápido. A FEPAM tem uma rede interna, uma intranet onde as informações são disponibilizadas pela direção, por quem alimenta a rede, periodicamente um servidor entra na sua máquina e tem a informação disponibilizada. Isso pode ser pensado, uma rede dirigida para o Conselho e agregados, digamos assim, e ampliações. Vamos ter que estudar isso com mais detalhe, porque a nossa infra é inadequada para essa pretensão, a própria assessoria de imprensa, com algumas modificações radicais que foram feitas, já trabalha hoje com uma carência muito grande de pessoal, para dar conta. Uma reorganização mínima que permita trabalhar com um assessoria de imprensa propriamente dita, já que na nossa avaliação isso era muito crítico aqui. O resultado disso deve estar sendo sentido por vocês, de fato houve uma reparação da divulgação dos trabalhos, principalmente da FEPAM, no último período, em relação aos períodos anteriores, uma diferença muito radical. Poderemos recolher esse conjunto de sugestões e estamos pensando em formas eficazes baratas e que não envolvam muitos esforços e muito pessoal e que possibilitem a agilização disso. Fundamentalmente a criação de canais de informações que possibilitem ao Conselho tratar dos temas mais nobres nas suas plenárias gerais, que envolvem deslocamento de muita gente e que sendo reuniões mensais, sempre se corre atrás da pauta. O grande problema que temos em relação ao Conselho é que determinadas pautas conjunturais se apresentam de tal maneira que, se não forem discutidas naquele momento, perdem o sentido. Há uma abertura, também da presidência, para a necessidade de que em situações excepcionais, realizem-se reuniões excepcionais do CONSEMA., resguardados o tempo de convocação, essas necessidades todas. Temos aqui apontado uma lista de assuntos a serem discutidos. Há um assunto que foi levantado pelo Menegatti no início, que é a questão dos transgênicos que nos parece que deve ser discutida também por este Conselho em reuniões próximas. A questão da preparação da conferência estadual de meio ambiente, que é um compromisso do Governo fazer neste ano, o processo de preparação, e também a retomada dos debates sobre o Código Estadual de Meio Ambiente. A disposição do Governo é que o Código seja resgatado da Assembléia e de que o Governo coordene um processo de debates, retomando o debate em torno do Código Estadual de Meio Ambiente, num processo que tivesse culminância na Conferência Estadual, uma vez que a situação de congelamento do Código internamente na Assembléia, indica que se não houver um divisor de águas e uma sinalização como uma outra forma de tratar o assunto, a tendência do Código é estar condenado, como nos últimos anos esteve, em trâmite infundável. Levantaria essas duas questões, a preparação da CONFEMA e, relacionado com isso, o Código de Meio Ambiente do Estado. Vamos querer discutir a questão da reestruturação do IBAMA nesse contexto de relação com o sistema nacional de meio ambiente quando tivermos as informações necessárias para isso, esse é um ponto que deveria entrar também. **O SR. ...: (Fala fora do microfone)** (Inaudível) A FAMURS no início do ano realizou um encontro com V. Sa. onde foram colocadas algumas das prioridades que a instituição entende como necessárias nesse amplo debate que vai-se fazer sobre a questão ambiental. Gostaríamos de incluir aquela lista grande (inaudível), para que de alguma maneira se incorporasse naquelas sugestões (incompreensível) **O SR. ...:** Talvez fosse interessante, seria para a próxima plenária, trazer essas indicações já listada e nós fazermos uma relação de prioridades, até porque se vamos trabalhar em preparação para a Conferência Estadual de Meio Ambiente, seria no mínimo

interessante já termos alguns assuntos levantados e debatidos com vistas a elaboração da Conferência. **A SRA. ...: (Fala fora do microfone)** (Totalmente inaudível) **O SR. PRESIDENTE:** Tenho a seguinte proposição, que a gente recolha essa lista de proposições agregadas a lista da FAMURS. Se a FAMURS pudesse fazer uma hierarquização de prioridades naquela lista, seria interessante. E a gente distribua essa lista já na convocação da próxima reunião de maneira que ela seja avaliada e que os Conselheiros venham já com uma opinião formada sobre as prioridades para a próxima reunião, que isso fosse tratado de maneira resolutiva na próxima reunião, num espaço curto de tempo, de preferência com uma metodologia resolutiva e que a gente, agora, identificasse a pauta da próxima reunião, uma vez eu temos a definição de um ponto que é a CONFEMA e a proposição de outro ponto que é o Parque de Nonoai. **O SR. ...:** Isso numa próxima reunião extraordinária, Sr. Presidente? **O SR. PRESIDENTE:** Agora seria ordinária. Na verdade, não bem, porque a nossa combinação foi a de diminuir a periodicidade, fazer as reuniões que fossem necessárias nesse primeiro momento e batizá-las de ordinárias e extraordinárias só em função da adequação ao que o Regimento prevê. **O SR. ...:** Nessa questão dessa agenda, me parece que existem, a nossa função seria a de analisar problemas existentes e traçar algumas políticas para resolver esses problemas. Esses problemas estão no âmbito de que instituições, FEPAM, MRM, Fundação Zoobotânica, CORSAN, e assim por diante. Então, acho que no dia a dia essas instituições enfrentam esses problemas e elas sabem onde estão esses problemas, onde possivelmente a legislação não esteja clara, não existam normas específicas, são assuntos relevantes que as vezes ficam nas mesas dos administradores durante um tempo enorme porquênão sabemos como vamos agir exatamente nesse caso. Então, acho que essas instituições deveriam levantar, elas deveriam ser consultadas e ver exatamente quais são esses problemas, e esses problemas deveriam ser trazidos a nós para que pudéssemos discutí-los, verificar as prioridades e então, realmente, ver o que é relevante nessa questão. Parece-me que essa seria uma proposta. **O SR. PRESIDENTE:** Nós podemos fazer o exercício de identificação de questões que o Governo vê procedentes, levantar no CONSEMA por se tratarem de competência do CONSEMA. Há uma série de dificuldades, de questões que são de competência direta e de resolução executiva, não há nenhum problema que o Governo apresente um cenário de pontos de interesse para discussão neste Conselho. Aqueles pontos que estejam previstos para a vocação do Conselho propriamente dita, que é o que está definido na lei do Conselho. Nós, com certeza, temos um universo de pontos que poderiam ser discutidos, muito maiores do que aqueles que são possíveis de colocar numa escala de tempo. O exercício que estamos tentando fazer é de uma previsão parcial, considerando que alguns dos pontos tradicionalmente discutidos por este Conselho podem ser previstos, e outros vão surgir por força do momento e da situação conjuntural. Não há como fazer um planejamento pleno de pontos, montar-se a pauta de todo o ano de 99, isso vai ter que ficar a cargo da secretaria executiva e do próprio pleno do Conselho ao montar as suas pautas. De qualquer forma extabeleceríamos, com esse exercício, inclusive com esse que o senhor propôs, sempre uma lista referencial a qual a gente se reportaria para fazer as montagens da pauta e não se perder de vista que há grandes questões a ser discutidas, porque a nossa experiência com conselhos demonsrta que muitas vezes pontos extremamente importantes acabam sendo atropelados pela dinâmica rotineira e conjuntural e deixam de ser tratados. E isso foi um dos grandes problemas apontados na reunião de avaliação do período anterior do Conselho. Não é um exercício fácil esse, conhecemos, mas a gente acha que nesse momento inicial é fundamental que se faça isso de maneira que haja um pacto em torno das pautas prioritárias, visto que definir pautas prioritárias significa, sobretudo, definir também que determinadas pautas importantes deixarão de ser tratadas em detrimento de outras, naquele momento específico. Acolhemos a sugestão sem problemas. **A SRA. ...: (Fala fora do microfone)** (Inaudível) A alteração do artigo 41 da Lei 9519 que estabelece as sações administrativas, é um artigo muito (incompreensível), ele está totalmente fora da realidade em nível de valores das taxas e já mandamos várias vezes à Assembléia, não só como Secretaria da Agricultura, mas como (incompreensível) Procuradoria-Geral do Estado, (incompreensível) não conseguimos sucesso. Talvez fosse interessante colocar esse tema que é crucial que esse artigo (incompreensível) **O SR. PRESIDENTE:** Vamos ter que repensar a dinâmica de relação de situações dessas com as câmaras técnicas, principalmente com as

permanentes, porque pode haver um processamento anterior dos assuntos para a vinda ao CONSEMA. O que o CONSEMA tem feito, em geral, é trazer o assunto de maneira bruta ao pleno, discute, delega uma câmara técnica, a câmara trabalha e retorna ao Conselho. Vamos ter que, inclusive na revisão do Regimento, pensar formas de que os assuntos entrem para as câmaras técnicas ordinárias, sejam processados e que venham para plenário já com as alternativas de tomada de decisão, de formatação, uma vez que boa parte deles não envolve questões controversas e podem assim ser priorizadas na pauta estabelecendo uma dinâmica diferenciada. De qualquer forma vamos ver como trabalhar com as câmaras técnicas em situações desse tipo, que tem várias aqui. Alguma manifestação a mais sobre a pauta. Não havendo, a próxima reunião é no dia 05 de março. Solicitamos aos integrantes da câmara técnica que combinem aqui junto com o Fabrício a sua dinâmica de trabalho e agradecemos a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezessete horas e cinco minutos. Não havendo mais nada a ser registrado, lavrei a presente ata, que deverá ser submetida à apreciação e aprovação dos Conselheiros em sua próxima reunião. (Encerra-se a presente reunião do Conselho.)